

Estudo denuncia como 'praga' corte ilegal de árvores na Amazônia do Peru



A política do governo do Peru para **proteger as florestas do corte ilegal de madeira** há 14 anos provocou, de forma indireta, um saque de recursos em larga escala, de acordo com estudo publicado na revista *Scientific Reports*.

Os pesquisadores do Centro de Direito Ambiental Internacional em Washington asseguram que o corte ilegal é uma "praga" na bacia do Rio Amazonas, paraíso da biodiversidade e de espécies de madeiras preciosas como o mogno e o cedro.

A legislação vigente no Peru faculta ao governo dar concessões de até 40 anos em terras públicas de 4.000 a 50.000 hectares. Estes contratos incluem condições: os madeireiros devem apresentar uma estratégia de corte de cinco anos, com um plano muito detalhado, que ano a ano identifica cada árvore a cortar mediante um sistema de localização por satélite (GPS).

ILEGALIDADE

Mas segundo a equipe chefiada por Matt Finer, 'grande parte da madeira que sai da Amazônia peruana se obtém fora das áreas de concessão autorizadas'.

Os pesquisadores rastrearam dados oficiais e descobriram que, em setembro de 2013, as autoridades peruanas só tinham controlado **388 das 609 concessões madeireiras**. Em mais de 68% dos casos estudados foram detectadas "grandes violações" da legislação.

As licenças de exploração foram revogadas em 181 casos. Mais da metade dos **cortes ilegais** registrados foram para cortar árvores em uma área fora da concessão ou para a extração ilegal de mogno e cedro. A verificação destes abusos por satélite confirma a fraude maciça.

A investigação critica o sistema de controle do governo peruano, que se baseia essencialmente em documentos e no controle portuário ao invés de chegar ao próprio local da concessão.

Estas conclusões deixam claro as dificuldades de se proteger as florestas tropicais, que capturam **carbono**, um dos objetivos da ONU para combater as mudanças climáticas.

Alguns observadores afirmam que a solução seria colocar as florestas sob o controle das populações locais, que poderiam fazer um acompanhamento mais confiável dos recursos.

Fonte: France Presse